

Os Arquivos e a implementação da Agenda 2030 da ONU sob a ótica da UNESCO

The Archives and the implementation of the UN 2030 Agenda from the perspective of UNESCO

Luana Lobo dos Santos (1), Marli Dias de Souza Pinto (2)

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC), luana.lobo@ufsc.br (1), marli.dias@ufsc.br (2)

Resumo

O presente estudo objetiva identificar a relação dos arquivos com a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU), especificamente o ODS 16, na perspectiva da agência especializada para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), responsável pelo campo informacional. Justifica-se como uma oportunidade de os arquivos se destacarem nesse cenário informacional, quanto ao acesso e uso para transparência das informações públicas até vir a reforçar ações de desenvolvimento sustentável e seu monitoramento. Trata-se de um estudo de natureza aplicada, exploratória, com procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental e uma abordagem qualitativa sobre os planos de programa e orçamento da UNESCO. Como resultados, são identificadas colocações dos arquivos em programas da UNESCO, alinhados à Agenda 2030 e aos ODS, voltados à preservação e proteção do patrimônio documental, otimização do acesso à informação e garantia de pesquisas inclusivas e equitativas para o desenvolvimento de políticas públicas informacionais. Conclui-se que o papel social dos arquivos se situa como estratégico à defesa da implementação da Agenda 2030 da ONU, não somente em ações e programas, mas também no planejamento e monitoramento dos ODS, metas e indicadores, configurando-se arquivos sustentáveis.

Palavras-chave: Arquivos; Agenda 2030; Advocacia; Desenvolvimento Sustentável; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Arquivos sustentáveis.

Abstract

The present study aims to identify the relationship between the archives and the implementation of the United Nations's (UN) 2030 Agenda, specifically SDG 16, from the perspective of the specialized agency for education, science and culture (UNESCO), responsible for the informational field. It is justified as an opportunity for the archives to stand out in this informational scenario, in terms of access and use for transparency of public information until it comes to reinforce sustainable development actions and their monitoring. This is a study of an applied, exploratory nature, with technical procedures for bibliographic and documentary research and a qualitative approach about the UNESCO's program and budget plans. As a result, protected research are programs identified as UNESCO archives placements, aligned to 2030 and the SDGs for documents preserving original document protection, optimizing access to information, and ensuring inclusive and equitable protection of the development of public programs. It is concluded that the social role of archives is strategic in defending the implementation of the UN 2030 Agenda, not only in actions and programs, but also in the planning and monitoring of SDGs, targets, and indicators, setting up sustainable archives.

Keywords: Archives. Agenda 2030. Advocacy. Sustainable development. Sustainable Development Goals. Sustainable archives.

1 INTRODUÇÃO

A implementação da Agenda 2030 torna-se imprescindível e ao mesmo tempo representa um dos cenários informacionais mais evidentes e relevantes na atualidade, justamente por propor um plano de ação global para o Desenvolvimento Sustentável a ser incorporado pelas agendas governamentais e demais segmentos sociais nas dimensões nacional, regional e local.

Em seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores a nível global, de natureza integrada e indivisível, destaca-se a proposta da meta 16.10 de “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais [...]” para a conquista do ODS 16 que trata de “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. (ONUBR, 2015, p. 36)

Os arquivos, por sua vez, exercem papel social relevante ao servir, simultaneamente, como instrumento de apoio à administração pública e à sociedade, corroborando para o exercício da cidadania e à transparência pública, garantindo o acesso à informação e a construção da memória coletiva, a partir da gestão e salvaguarda do patrimônio documental.

Assim, observa-se no processo de implementação dos ODS da Agenda 2030 uma oportunidade de maior aproximação da sociedade e dos governos ao cotidiano arquivístico, principalmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas arquivísticas em conformidade com o que Jardim (2006, p. 10) caracteriza como tal:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Desde 1948, após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês) vem trabalhando junto à agência especializada da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em defesa do “cuidado e uso do patrimônio arquivístico mundial, à proteção e garantia do acesso aos arquivos por meio de *advocacy*, definição de padrões e desenvolvimento profissional [...]”. (ICA, 2011, p. 1, tradução nossa).

Diante do exposto, se questiona: como os arquivos são vistos em relação a implementação da Agenda 2030 da ONU, especificamente o ODS 16, na perspectiva da UNESCO? Para responder, objetivou-se identificar a relação dos arquivos com a implementação da Agenda 2030 da ONU, especificamente o ODS 16, na perspectiva da UNESCO. Uma das muitas justificativas do estudo entende-se como uma maneira de contribuir para reflexão da comunidade arquivística brasileira sobre necessária e importância da implementação dos ODS, nacionalmente, e a participação dos arquivos nesse processo.

Apresenta-se os princípios e conceitos acerca dos ODS da Agenda 2030 e a interação da ONU e a UNESCO com as unidades de informação, em especial os arquivos no desenvolvimento de programas, aplicação de ações de desenvolvimento sustentável e políticas no campo informacional, o que reforça o viés social dos arquivos quanto ao acesso à informação, a transparência pública e a construção da memória coletiva para garantir o exercício da cidadania e fortalecer a democracia.

Essa temática impulsiona o campo da Arquivologia para o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas futuras que ressaltem a função e o papel social dos arquivos e arquivistas para o alcance do desenvolvimento sustentável e de formulação de políticas públicas aos arquivos, por meio de uma pesquisa aplicada, exploratória (LAKATOS; MARCONI, 2003) e qualitativa (MINAYO, 2012).

2 PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO À AGENDA 2030

De acordo com Barbieri (2020, p. 17) “as ideias sobre desenvolvimento sustentável foram se afirmando a partir da segunda metade do século XX”, quando passaram a observar os efeitos negativos do crescimento econômico sob o meio ambiente e a relação disso como condição para o desenvolvimento.

Um dos marcos que retrata os esforços para ressaltar a relação do homem com o meio ambiente e estimular mudança de comportamento trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), mais conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia) de 1972, que foi o primeiro evento a apontar a possibilidade de problemas ambientais, em escala global, com o fim dos recursos naturais e a necessidade de encontrar solução para preservação dos mesmos. (BARBIERI, 2020).

Em 1987, a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, liderada por Gro Harlem Brundtland, popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável como “[...]”

um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades.” (ONU, 1987, p. 46, tradução nossa).

Nos anos seguintes, os riscos dos efeitos das mudanças climáticas tornaram-se destaque na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ou Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Tal evento possibilitou ao longo dos anos, a proclamação dos princípios básicos sobre o desenvolvimento sustentável, a elaboração da Agenda 21 Global, um programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável e a definição de 08 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e metas a serem cumpridos até 2015. (ONU,1992).

Reunindo os desafios a serem enfrentados com relação ao desenvolvimento e o meio ambiente para o século XXI, a Agenda 21 Global enfatiza em seu capítulo 40, intitulado “Informação para a tomada de decisões” que:

No desenvolvimento sustentável, cada pessoa é usuário e provedor de informação, considerada em sentido amplo, o que inclui dados, informações e experiências e conhecimentos adequadamente apresentados. A necessidade de informação surge em todos os níveis, desde o de tomada de decisões superiores, nos planos nacional e internacional, ao comunitário e individual. (ONU, 1992, p. 1).

Tanto que os autores Geraldo e Pinto (2021, p. 12) advertem:

O desenvolvimento sustentável não depende apenas da mudança de postura de empresas e de governos, mas é primordial que a sociedade também seja sensibilizada, conscientizada e mobilizada, tanto ambientalmente, quanto nos aspectos sociais e econômicos. Existem práticas sustentáveis que podem ser incluídas nas rotinas diárias das pessoas e, para que isso aconteça, torna-se fundamental que tenham o devido acesso à informação sobre a sustentabilidade.

Sob esse contexto, a participação popular ganhou destaque para implementação da Agenda 21 até o nível local, de modo a obter a universalização, o exercício efetivo de todos os direitos humanos e o alcance eficaz do desenvolvimento sustentável. A ponto de os rumos para os próximos 20 anos do desenvolvimento sustentável serem definidos com a campanha “O Futuro que Queremos” na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou Rio+20, também realizada no Rio de Janeiro, em 2012 (ONUBR, 2012).

Nesse sentido, a Rio +20 evidenciou a relevância do acesso à informação para capacitação da sociedade civil e melhorias no acesso às tecnologias de informação e

comunicação (TICs), no intuito de diminuir o fosso digital e facilitar o fluxo de informações entre os governos e o público, enquanto desafios para promoção do desenvolvimento sustentável (ONUBR, 2012, p. 1).

O êxito dos ODM em alguns países também não foi o suficiente para solucionar a falta de cooperação entre as nações, pelo contrário desencadeou manifestações a favor da extensão do prazo e abrangência, bem como propostas de novos temas a serem considerados desafios globais. Logo, em 2015, a ONU reuniu em sua sede em Nova York (EUA), os chefes de Estado de 193 países-membros, inclusive o Brasil, para Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a qual teve como resultado a constituição de um plano de ação para o alcance do desenvolvimento sustentável até o ano de 2030, a Agenda 2030. (ONUBR, 2015).

Pautada nas pessoas, prosperidade, paz, planeta e parcerias, indica-se 17 ODS, conforme Tabela 1, que norteiam 169 metas e 232 indicadores, de forma integrada e indivisível, para que se mantenha o equilíbrio entre as dimensões ambientais, econômicas e sociais, pilares do desenvolvimento sustentável.

Tabela 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1 – Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS 2 – Erradicação da fome	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3 – Saúde e bem-estar a todos	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS 6 – Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
ODS 7 – Energia acessível e limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.
ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
ODS 13 – Combate às alterações climáticas	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
ODS 14 – Vida debaixo d’água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15 – Vida sobre a terra	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições fortes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS 17 – Parcerias e Meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONUBR (2015).

Observa-se que a disposição dos 17 ODS é para sejam adotados por todos e para todos, de acordo com as respectivas prioridades e realidades, atuando no espírito de uma parceria global e não deixe ninguém para trás, mote da Agenda 2030. Sobre isso Barbieri (2020, p.187) lembra o sucesso da Agenda 21, “também deve ser desagregada em agendas nacionais, subnacionais e locais, de modo a adequá-las às suas condições e circunstâncias. Nesses níveis, as agendas devem ser incorporadas às estratégias e planos que tenham em seus componentes questões sobre desenvolvimento sustentável”.

3 RELAÇÕES ENTRE A ONU, UNESCO E OS ARQUIVOS

De acordo com Ferro (2014), a UNESCO promove ações no campo informacional e iniciativas para fins de educação, ciência e cultura desde a sua criação em 1946. Com a proclamação do direito à informação, liberdade de expressão e o acesso às informações públicas como direito humano fundamental e instrumental, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, a UNESCO passou a interceder pela garantia do direito de informar, de se informar e ser informado.

Segundo a autora, a identificação do “atraso da ciência e da tecnologia gerada pela distribuição desigual de informação científica e tecnológica, das patentes e redes de comunicação entre os países” como causa da dependência econômica na década de 1970, motivou a UNESCO a buscar por soluções, a fim de erradicar as desigualdades decorrentes do desenvolvimento tecnológico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como a

realização, em 1971, da Conferência Intergovernamental para Estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST I). (FERRO, 2014, p. 90).

No ano seguinte, na Conferência de Estocolmo (Suécia) realizada pela ONU, a informação adquiriu um caráter estratégico, enquanto recurso para conhecimento da extensão e intensidade dos problemas ambientais sofridos. Contudo, de forma negativa, isto ocasionou a disputa pelo domínio de informações sobre as condições ambientais e quantidade de recursos naturais disponíveis, acesso aos novos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à proteção do meio ambiente e a restrição de seu acesso para aproveitamento econômico e social. (ALBAGLI, 1995).

Diante desses problemas, a UNESCO buscou por soluções nos serviços de informação em 1974, realizando a Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento das Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, onde definiu-se a noção de Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) e discutiu-se com diversas entidades, inclusive o ICA, acerca da integração dos “programas nacionais de documentação, bibliotecas e arquivos aos planos de educação, ciência, cultura, economia, comunicação e administração pública dos países”, que desencadeou a criação do Programa Geral da Informação (PGI), em 1976, com a junção interna da Divisão de Informação Científica e Tecnológica e o Departamento de Documentação, Biblioteca e Arquivos ao setor de ciências e cultural da UNESCO. (FERRO, 2014, p. 92).

Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 5) ressaltam que o investimento da UNESCO em mega sistemas de serviços de informação levou à realização da UNISIST II, em 1979, para promover a “cooperação voluntária internacional para melhoria do acesso e uso da informação, [...] e estabelecer uma rede mundial de sistemas e serviços de informação para superar o desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”.

Assim, para os autores o NATIS conferiu ao Estado o papel de “agente protagonista na busca pelo acesso à informação”, resultando na formação da arquitetura sistemática das instituições arquivísticas brasileiras na estrutura do Estado, e no exterior, a ampliação de debates sobre as políticas públicas informacionais. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 6).

A partir dos anos de 1990, a UNESCO se voltou às necessidades em torno do estímulo a formulação, implementação de políticas informacionais e organização das infraestruturas nacionais de informação diante do aumento da insatisfação com os sistemas e programas existentes e as experiências positivas com os novos modelos de produção, gestão política e científica da informação nas administrações públicas (JARDIM, 2006).

Nesse sentido, as orientações direcionadas aos arquivos alinhadas ao PGI, aprovado nas conferências gerais da UNESCO, foram:

[...] que deverá ser dado apoio aos países em desenvolvimento em matéria de infraestrutura de arquivo, a fim de criar e modernizar os arquivos e serviços de gestão documental; que será dado apoio à organização de projetos-piloto relacionados à informatização de arquivo e ao desenvolvimento de serviços arquivísticos inovadores; [...] promover a gestão adequada da informação dentro dos governos; promover e salvaguardar coleções e acervos únicos de bibliotecas e arquivos, em particular daqueles que estejam ameaçados, a fim de preservar a “Memória do Mundo” e de facilitar e democratizar o acesso a eles; [...] reforçar o papel das instituições arquivísticas na promoção do desenvolvimento socioeconômico; [...] incentivar os Estados Membros a modernizarem suas políticas nacionais de informação, suas bibliotecas e seus arquivos; [...] apoiar os esforços para assegurar a conservação dos arquivos e melhorar a formação dos arquivistas. (FERRO, 2014, p. 119-124).

Cabe destacar aqui esse período no âmbito político do Brasil, a proclamação da Constituição Federal em 1988, situando o direito de acesso à informação como garantia fundamental e a Lei Nacional de Arquivos, a Lei nº 8.159, em 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

No campo científico e da cultura surge o pensamento pós-modernista pela socialização da informação junto do modelo econômico neoliberal, por menor intervenção do Estado, durante a década de 1990. Essa perspectiva na ciência arquivística é representada pelo arquivista canadense Terry Cook, que defendia a ruptura com a natureza custodial dos arquivos e arquivistas para a pós-custodial, na qual:

Arquivos também deixaram de ser um recurso cultural e de patrimônio subjacente à elite acadêmica para se tornar uma base social para a identidade e justiça. A própria identidade do arquivista [...] como um mediador consciente ajudando a sociedade na formação de suas múltiplas identidades recorrendo à memória arquivística e como um agente ativo protegendo evidência em face da complexidade acelerada de organizações sociais e mídia digital em mudança rápida. (COOK, 2012, p. 155).

Sob esse contexto, a ONU em 1992, na Conferência Rio-92 reconheceu o acesso à informação como elemento chave para o desenvolvimento sustentável, pontuando os problemas referentes às desigualdades informacionais no capítulo 40 da Agenda 21. Buscou-se, a partir disso, reunir soluções para incentivar melhorias na coleta e avaliação de dados e atender à necessidade de informações consistentes no processo de elaboração das políticas de informação. (ONU, 1992)

Até que, em 2001, a fim de empoderar pessoas, nações e garantir a participação de todos na formulação de diretrizes e ações políticas, a UNESCO implantou “uma plataforma

intergovernamental de discussão de políticas, diretrizes e ações internacionais e estabeleceu um quadro de cooperação e parcerias internacionais e regionais, com vista a diminuir as diferenças digitais e promover o desenvolvimento sustentável”, por meio do Programa Informação para Todos (IFAP, em inglês). (UNESCO, 2016, tradução nossa).

O IFAP ainda estabeleceu a preservação da informação documental analógica, digital e audiovisual como prioridade, no intuito de fortalecer os princípios básicos do Programa Memória do Mundo (MoW, em inglês) e assim garantir o acesso das gerações futuras ao patrimônio documental e bibliográfico (UNESCO, 2016).

No tocante aos arquivos, ressalta-se a aprovação da Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), em 2011, na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. Elaborada de forma colaborativa em 2009 e tendo seus princípios e objetivos baseados nos manifestos da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e no IFAP da UNESCO, a DUA foi adotada pela comunidade arquivística como estratégia de *advocacy* das instituições arquivísticas e arquivistas, ou seja, servindo para advogar em defesa dos direitos e da responsabilidade social inerente aos arquivos e arquivistas, no intuito de despertar a consciência social sobre a importância e o posicionamento político dos arquivos para democracia. (ICA, 2011, tradução nossa)

Na Conferência Rio +20, em 2012, sobre os problemas relativos ao acesso universal à informação, a ONU estabeleceu que:

[...] para uma maior participação da sociedade civil depende, entre outros, do fortalecimento do acesso à informação e da capacitação da sociedade civil e de um ambiente propício. Reconhecemos que a tecnologia da informação e comunicação está facilitando o fluxo de informações entre os governos e o público. Neste sentido, é fundamental trabalhar para melhorar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, especialmente redes e serviços de banda larga, e reduzir o fosso digital, reconhecendo o contributo da cooperação internacional neste domínio. (ONU, 2012, p. 7, C44, tradução nossa).

Quanto ao fluxo de informações entre os governos e o público, Jardim (1999) salienta em seus estudos a relevância da informação arquivística para uma racionalidade saudável entre Estado e sociedade, seja pelo domínio de saber arquivístico ou por meio dos arquivos, que exercem, simultaneamente, como mecanismo de legitimação das funções realizadas pelo Estado e como agências, promovendo o acesso às informações que refletem essas funções estatais.

Em agosto de 2012, pela primeira vez, o ICA trouxe como um dos subtemas a sustentabilidade em seu XVII Congresso Internacional de Arquivos, realizado na cidade de

Brisbane (Austrália). Reuniu-se propostas positivas a favor da adequação do cotidiano arquivístico às dimensões ambiental, econômica e social, pilares do desenvolvimento sustentável, quanto a estrutura profissional, evolução nas edificações e de práticas voltadas para um consumo consciente, bem como mudanças na gestão de documentos e informações para corroborar com a prestação de contas e transparência pública (SANTOS, PINTO, 2021).

A IFLA teve um papel fundamental no processo intergovernamental de consulta para a nova agenda de desenvolvimento pós-2015, sobretudo no que diz respeito à inserção do acesso livre à informação e empoderar cidadãos e governos por meio da informação. Junto com várias entidades da área de informação e comunicação, a IFLA elaborou a Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento, na qual assumem:

[...] acreditamos que o aumento do acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade, amparada pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação (TICs), apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a qualidade de vida das pessoas. [...] Intermediários da informação, como bibliotecas, arquivos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e os meios de comunicação têm as habilidades e recursos para ajudar os governos, instituições e indivíduos a comunicar, organizar, estruturar e compreender os dados que são fundamentais para o desenvolvimento. (IFLA, 2014, p. 1-2).

Como resultado a questão do acesso à informação foi abarcada no plano de ação Agenda 2030 da ONU como meta nº 10 dos ODS 16 – “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”. Entretanto, devido à natureza interligada dos ODS o acesso à informação é contemplado por todos, a fim de garantir o equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social e não deixar ninguém para trás (ONUBR, 2015, p. 36).

A partir de 2016, a IFLA passou a trabalhar em seu *International Advocacy Programme* (IAP), “programa projetado para promover e apoiar o papel que as bibliotecas podem desempenhar no planejamento e implementação da Agenda 2030 da ONU e dos ODS”, por meio do qual reafirma a importância estratégica e intervém por recursos para o envolvimento das bibliotecas para o cumprimento dos ODS junto aos governos, UNESCO e ONU (IFLA, 2017, p. 1).

No mesmo ano, o ICA abordou como tema principal “Arquivos, Harmonia e Fraternidade: garantindo a sensibilidade cultural, justiça e cooperação em um mundo globalizado” e um dos tópicos “os usos e o papel dos arquivos no apoio à verdade, justiça e reconciliação” no Congresso Internacional de Arquivos, realizado na cidade de Seul (Coreia

do Sul) em conformidade com a proposta da Agenda 2030 e os ODS, principalmente ao ODS 16 e à meta 16.10, declarado pelo Presidente do ICA: “Importante decisões devem ser tomadas com cuidado para garantir o futuro que queremos. [...] apoiar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a lista segue (ICA, 2016, p. 1-3, tradução nossa).

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, caracteriza-se um estudo de natureza aplicada por abordar “um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade” e exploratório pela finalidade de “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; e modificar e clarificar conceitos. (LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 278, 318).

Para fundamentação teórica utilizou-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental em fontes primárias de acesso aberto e online no Banco de Dados de Documentos da UNESCO (UNESDOC), como os planos de programas e orçamento da UNESCO realizados após a publicação da Agenda 2030, e para análise dessas fontes utilizou-se a abordagem qualitativa, a fim de “[..] trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2012, p. 21).

A escolha por essas fontes se deu pela finalidade de verificar o que a UNESCO já realizou e pretende ainda no campo informacional, especificamente nos arquivos, com relação ao ODS 16 e a meta 16.10, que abrange o acesso à informação. Como os documentos são editados na língua inglesa, buscou-se pelos termos <goal 16>, <sdg 16>, <target16.10>, <archive> e <documental heritage> para identificar os conteúdos relacionados ao ODS 16, a meta 16.10, aos arquivos e ao patrimônio documental.

5 RESULTADOS

Para responder o objetivo do estudo inicialmente verificou-se os planos de programas e orçamento da UNESCO aprovados em assembleia pelas Conferências Gerais da UNESCO, publicados posteriormente ao Relatório Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, chegamos ao total de 4 documentos provenientes dos assuntos debatidos pelos Estados membros e comissões da 38^a a 41^a Conferência Geral, identificadas respectivamente por 38/C, 39/C, 40/C, 41/C, realizadas de 2015 a 2021.

Os preparativos para o projeto de programa e orçamento para 2018-2021 são abordados

no documento identificado por 38 C/7, que retrata os aspectos levantados na resolução 7 da 38/C, em 2015, acerca do processo de elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015 e a participação da UNESCO, sobretudo no tocante as contribuições no âmbito da educação, ciência e cultura que podem continuar sendo aplicadas, no intuito de influenciar a mobilização efetiva da implementação dos ODS.

Mesmo a ênfase da UNESCO ao ODS 16 e a meta 16.10 ser direcionada para promover a liberdade de expressão e acesso à informação, assegurar a liberdade e proteção dos jornalistas, a organização considera também o Programa MoW, por meio do qual reconhecem a relevância da evolução do patrimônio documental como um recurso crucial para o desenvolvimento.

Outro ponto importante trata-se dos esforços e a conquista da UNESCO para inclusão da cultura, alcançado a nível operacional como meta na Agenda 2030, e o alerta para o desenvolvimento de políticas e mecanismos que reforcem a relevância, os papéis, pontos fortes e responsabilidades das instituições de memória, como competência dos Estados membros.

Sendo os arquivos compreendidos por instituição de memória, responsáveis pela identificação, gestão e preservação do patrimônio documental dada na 38/C e, portanto, mencionado nas recomendações relativas à promoção e garantia do acesso e preservação do patrimônio documental, inclusive em formato digital.

O Programa e orçamento aprovado para o biênio 2018–2019, identificado por 39 C/5, retrata parte do programa e orçamento para 2018-2021 abordado pela resolução 5 da 39/C, realizada em 2017, sobretudo a importância da Agenda 2030 e as contribuições da UNESCO para implementação em nove dos 17 ODS.

Dentre essas contribuições, destaca-se o plano de ação para o Programa principal V (MP V), voltado para os assuntos relativos à comunicação e informação, em especial as questões acerca do acesso à informação tratadas pelo ODS 16 e a meta 16.10, com ênfase na Gestão do Conhecimento (GC) como objetivo estratégico, para cooperação nacional, regional e internacional na identificação e salvaguarda do patrimônio documental, e o capítulo dedicado às orientações de GC para garantir os direitos humanos, empoderamento, tomada de decisão informada, desenvolvimento humano e fortalecer os fundamentos da paz.

Nesse capítulo os arquivos, bibliotecas e serviços de gestão de documentos (*records management*) são abarcados como competência da Divisão de Gestão do Conhecimento e Sistemas de Informação (KMI, em inglês) da UNESCO para incentivar a revolução digital dessas áreas, e assim assegurar o acesso das gerações futuras, por meio da digitalização e preservação de fundos e coleções, tendo em vista os riscos de perda do patrimônio documental com as mudanças climáticas ou conflitos ou roubos, e além disso, impulsionar o

desenvolvimento de políticas, por parte dos Estados-Membros, para proteção de acervos científicos, apontados como condição de sucesso para as pesquisas científicas.

O Programa e Orçamento para o biênio 2020-2021, elaborado em 2020 é identificado como 40 C/5, pois trata da segunda parte do programa e orçamento para 2018-2021 abordado na resolução 5 da 40/C da UNESCO, realizada em 2018. O programa busca fortalecer as ações já tomadas e reflexões para enfrentar o impacto das crises climáticas e conflitos nas áreas da educação, ciências, cultura, comunicação e informação, bem como presta contas dos investimentos, no intuito de servir como orientação aos próximos planos Estratégia de Médio Prazo para 2022-2029 e o Programa e Orçamento para 2022-2025.

Quanto ao MP V, observa-se a continuidade dos esforços para implementação dos objetivos e estratégias referentes à comunicação e informação, principalmente na África e para igualdade de gênero, enquanto prioridades globais, e ainda que os Estados Membros estão aprimorando normas e políticas relacionadas à liberdade de expressão e o direito de acesso à informação, bem como contribuem na produção de relatórios de monitoramento dos indicadores.

No tocante ao programa MoW, observou-se que em 2020-2021 houve no mínimo mais 35 inscrições, sendo 6 da África e por isso, a promoção da identificação, preservação e divulgação de patrimônio documental foi reforçada com enfoque na construção de sociedades do conhecimento, por meio das TICs, para alcançar o acesso universal e a preservação da informação e do conhecimento.

Os arquivos, enquanto responsabilidade do KMI assim como a Gestão de conhecimento em toda a Organização, são elencados no resultado esperado de garantir o acesso, a preservação do patrimônio e a memória institucional, voltando-se para promover melhorias em descrições e digitalização para otimizar o acesso aos arquivos, de modo a servirem como referência aos Estados membros, Secretariado da UNESCO e público externo.

Além disso, passam a ser considerados instituição cultural responsável pela pesquisa, logo parte interessada que servirá de consulta aos Estados membros dentro das Recomendações sobre Recursos Educacionais Abertos (REA), ferramenta criada para fortalecer a cooperação internacional no apoio à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no que se refere à aprendizagem, tomada de decisões, transparência e responsabilidade pela educação e pesquisa de qualidade inclusiva e equitativa.

Por meio do REA, os Estados membros ainda são incentivados a disponibilizar recursos para o desenvolvimento de bibliotecas, repositórios, mecanismos de busca e sistemas para preservação a longo prazo, acesso fácil e aberto, bem como a participação no processo de

formulação de uma política de apoio e monitoramento da ferramenta.

O Projeto de Programa e Orçamento para 2022–2025, abordado como pauta na resolução 5 da 41/C da UNESCO, logo identificado por 41 C/5. Observa-se o reconhecimento da relevância da manutenção dos arquivos digitais e digitalização dos arquivos físicos; da preservação dos arquivos históricos e documentais da Secretaria Internacional de Educação (IBE, em inglês), para acessibilidade dos Estados-Membros e a sociedade, em geral; bem como reforça a parceria com o ICA e outras instituições parceiras, a fim de continuar a integrar a cultura nas ações humanitárias, de segurança e para construção da paz, principalmente em busca de parcerias com outras entidades do sistema ONU e atores fora do setor cultural, conforme ODS 16 e 17.

Contudo, quanto a elaboração de metodologias e mecanismos para desenvolvimento de indicadores locais para coleta de dados relativos aos ODS, estabelece, a partir de 2021, o escritório de estatística da UNESCO (UIS, em inglês) para monitorar os ODS 11 (cultura) e ODS 16 (acesso à informação), e nem menciona os arquivos.

6 CONCLUSÃO

Objetivando investigar como os arquivos se situam sob a ótica da Agenda 2030 e os ODS, apresentou-se os princípios e conceitos desenvolvidos sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável e o impacto das relações da ONU e da UNESCO no campo informacional, em específico no âmbito dos arquivos.

Tendo os planos de programas e orçamento da UNESCO posteriores à publicação da Agenda 2030 como objetos de estudo, observou-se que a organização continua a mobilizar-se às suas finalidades, alinhando os programas existentes e os novos aos princípios da Agenda 2030, aos ODS e metas, para o desenvolvimento de indicadores locais, principalmente os problemas tratados pelo ODS 16 e a meta 16.10.

No que tange aos arquivos, constata-se que as orientações do PGI foram adaptadas ao novo contexto e as definições dadas nas conferências (instituição guardiã tradicional ou de memória ou cultural), influenciam na colocação em programas como o MoW, voltado à identificação, preservação e proteção do patrimônio documental da humanidade, reconhecido como recurso crucial para o desenvolvimento; ainda são vistos como um meio de evidenciar e contribuir para o alcance do acesso à cultura por todos, incluída como meta na Agenda 2030.

Além disso, são situados no enfoque ao desenvolvimento científico e tecnológico quanto a proteção dos arquivos científicos e a preservação a longo prazo e acesso aberto; e na

perspectiva da GC adotada para alcançar o ODS 16 e a meta 16.10, como parte interessada (*stakeholders*) a fim de garantir pesquisas de qualidade, inclusiva e equitativa à formulação de políticas informacionais, mecanismos e ferramentas que fortaleçam e avaliem a transparência e tomada de decisões. Todavia, quanto ao planejamento à implementação da Agenda 2030 e dos ODS, à elaboração de indicadores locais dos ODS e à produção de relatórios para monitoramento dos mesmos, os arquivos nem são citados, o que indica a visão operacional dos mesmos.

Diante do exposto, conclui-se que o papel social dos arquivos se situa como estratégico à defesa da implementação da Agenda 2030 da ONU, não somente em ações e programas, mas também no planejamento e monitoramento dos ODS, metas e indicadores, assegurando a racionalidade saudável entre Estado e sociedade (JARDIM, 1999) e servindo como base social à identidade e justiça (COOK, 2012), configurando-se arquivos sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 11. 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/617>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BARBIERI, J. C. Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020. Coleção Educação Ambiental. ISBN: 978-85-326-6309-2.
- COOK, T. Entrevista: Terry Cook (PORTUGUÊS). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 142-156, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i2p142-156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- FERRO, C. M. **Os direitos humanos, a Unesco e os arquivos**. Dissertação (Mestrado) – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. 2014. 184 f. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10678>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação e a construção conceitual da Sustentabilidade Informacional. *In*: BARBALHO, C. R. S. *et al.* (org.). **Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos**. Manaus: Edua, 2021. Cap. 1. p. 12-23. E-book (229 p.). Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5856>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Declaração Universal dos Arquivos**. 2011. Disponível em: <https://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **International Congress Programme**. 2016. Disponível em: <https://www.ica.org/en/ica-international-congress-programme-5-10->

september-2016-monday-5-september. Acesso em: 10 jan. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Declaração de Lyon. 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Programa Internacional de Advocacy (site). 2017. Disponível em: <https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/iap-update-february2017.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. 239 p. Niterói: EdUFF, 1999. ISBN 85-228-0288-2.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/02/pdf_86c59729fd_0000029455.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32975>. Acesso em: 22 fev. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 24 jan. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14131232012000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Nosso Futuro em Comum** (em inglês). 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração do Rio de Janeiro. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento- Rio-92. **Estudos avançados**: São Paulo, v.6, n.15. p.153-159. Agosto, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Relatório O Futuro que queremos** (em inglês). Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20. Jun. 2012. Disponível em <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Relatório transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Programa Informação para todos: consolidando a informação e Sociedade do Conhecimento, empoderando pessoas e nações**. (em inglês). 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259991>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **38 C/7 Preparativos do projeto de programa e orçamento para 2018-2021** (em inglês). 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235214?6=null&queryId=fe18a272-736b-442b-b7ba-a703d7e304e1>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **39 C/5 Programa e orçamento aprovado 2018–2019: primeiro biênio de 2018–2021** (em inglês). 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261648?4=null&queryId=cc28b3c5-29a4-4c62-a2f2-f0c89ca15599> Acesso em: 14 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **40 C/5 Programa e orçamento aprovado 2020–2021: segundo biênio de 2018–2021** (em inglês). 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373473?5=null&queryId=9de97804-9fae-41f1-a0d3-86f887dc08bd>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **41 C/5 Projeto de programa e orçamento para 2022-2025**. 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375756?posInSet=1&queryId=f4082765-2f1f-4710-a706-047db14472d1-draft-data-349>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, L. L.; PINTO, M. D. S. **Abordagens arquivísticas sobre sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável no cenário internacional**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 21., 2021, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/54/323>. Acesso em: 20 jan. 2022.